

SCG IV Holding S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais e consolidadas	3
Balanço patrimonial	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da
SCG IV Holding S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SCG IV Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da SCG IV Holding S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Arbitragem

Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, a Companhia possui com os ex-acionistas da controlada Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústria S.A. como resultado de um processo de arbitragem, valores a pagar referente a aquisição dessa controlada, contabilizados como contas a pagar nos passivos circulante e não circulante nos montantes de R\$ 59.367 mil e R\$ 120.788 mil, respectivamente. Subsequentemente a data de encerramento do exercício, as partes firmaram acordo para encerrar as pendências existentes para liquidação dessas obrigações, o qual resultou num ajuste total do Preço, em favor da Companhia no montante de R\$ 74.426 mil cujas condições gerais estão contidas no referido acordo, conforme mencionado na nota explicativa 26. O pagamento dessas obrigações depende do fiel cumprimento dos termos desse acordo. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e a sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de maio de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6


Cristiano Seabra Di Girolamo
Contador CRC BA-017826/O-4

SCG IV Holding S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.104	12.347	512	943
Contas a receber de clientes	6	15.212	24.168	-	-
Adiantamentos a fornecedores		574	482	-	-
Estoques	7	12.503	12.127	-	-
Impostos de renda e contribuição social a recuperar		440	440	-	-
Impostos a recuperar	8	3.994	2.440	19	11
Despesas pagas antecipadas		820	994	-	-
Outras contas a receber		2.104	414	-	-
Total do ativo circulante		53.751	53.412	531	954
Não circulante					
Impostos diferidos ativo	9	62.068	67.821	-	-
Outras contas a receber	16	4.132	1.642	-	-
Depósitos judiciais e cauções	16	672	83	-	-
Total do realizável a longo prazo		66.872	69.546	-	-
Investimentos	10	-	-	313.464	292.776
Imobilizado	11	144.941	153.865	-	-
Intangível	12	185.368	185.046	-	-
Total do ativo não circulante		397.181	408.457	313.464	292.776
Total do ativo		450.932	461.869	313.995	293.730

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	19.005	124.912	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	14	62.815	45.855	59.367	35.950
Adiantamento de clientes		746	575	-	-
Salários e provisão para férias		4.637	2.450	-	-
Obrigações fiscais e trabalhistas	15	1.829	3.214	-	13
Total do passivo circulante		89.032	177.006	59.367	35.963
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	68.316	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	14	120.788	127.932	120.788	127.932
Obrigações fiscais e trabalhistas	15	-	170	-	-
Provisão para perda em processos judiciais	16	5.012	1.849	-	-
Total do passivo não circulante		194.116	129.951	120.788	127.932
Patrimônio líquido					
Capital social	17	194.100	180.100	194.100	180.100
Prejuízos acumulados		(60.260)	(50.265)	(60.260)	(50.265)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		133.840	129.835	133.840	129.835
Participação de não controladores		33.944	25.077	-	-
Total do patrimônio líquido		167.784	154.912	133.840	129.835
Total do passivo e patrimônio líquido		450.932	461.869	313.995	293.730

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SCG IV Holding S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Nota	Consolidado		Controladora		
	2017	2016	2017	2016	
Receita operacional líquida	18	114.608	125.606	-	-
Custos dos produtos e serviços prestados	19	(66.986)	(80.238)	-	-
Lucro bruto		47.622	45.368	-	-
Despesas comerciais	19	(7.032)	(13.811)	-	-
Despesas administrativas	19	(13.952)	(22.975)	(452)	(973)
Outras receitas operacionais	19	1.646	24	-	-
Resultados de equivalência patrimonial	10	-	-	6.688	(9.416)
Resultado da venda de ativos imobilizados		423	(652)	-	-
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		28.707	7.954	6.236	(10.389)
Despesas financeiras	20	(32.002)	(47.973)	(16.281)	(20.134)
Receitas financeiras	20	1.920	2.458	50	64
Despesas financeiras líquidas		(30.082)	(45.515)	(16.231)	(20.070)
Resultado antes dos impostos		(1.375)	(37.561)	(9.995)	(30.459)
Imposto corrente		-	(24)	-	-
Imposto diferido		(5.753)	3.090	-	-
Imposto de renda e contribuição social	22	(5.753)	3.066	-	-
Prejuízo líquido do exercício		(7.128)	(34.495)	(9.995)	(30.459)
Atribuível a:					
Controladores		(9.995)	(30.459)	(9.995)	(30.459)
Não-controladores		2.867	(4.036)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SCG IV Holding S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo líquido do exercício	<u>(7.128)</u>	<u>(34.495)</u>	<u>(9.995)</u>	<u>(30.459)</u>
Total de resultados abrangentes	<u>(7.128)</u>	<u>(34.495)</u>	<u>(9.995)</u>	<u>(30.459)</u>
Atribuível a:				
Participação de controladores	(9.995)	(30.459)	(9.995)	(30.459)
Participação de não controladores	2.867	(4.036)	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SCG IV Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Atribuível aos acionistas controladores			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
Nota	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>157.626</u>	<u>(19.806)</u>	<u>137.820</u>	<u>20.113</u>	<u>157.933</u>
Aumento de capital social	17 22.474	-	22.474	9.000	31.474
Prejuízo do exercício	-	(30.459)	(30.459)	(4.036)	(34.495)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>180.100</u>	<u>(50.265)</u>	<u>129.835</u>	<u>25.077</u>	<u>154.912</u>
Aumento de capital social	17 14.000	-	14.000	6.000	20.000
Prejuízo do exercício	-	(9.995)	(9.995)	2.867	(7.128)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>194.100</u>	<u>(60.260)</u>	<u>133.840</u>	<u>33.944</u>	<u>167.784</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SCG IV Holding S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2017	2016	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes de impostos		(1.375)	(37.561)	(9.995)	(30.459)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação do imobilizado	11	21.873	23.957	-	-
Amortização do intangível	12	390	238	-	-
Resultado da venda de ativos imobilizados		(423)	652	-	-
Juros sobre outras contas a pagar	20	16.273	20.126	16.273	20.126
Juros com empréstimos e financiamentos		14.700	25.060	-	-
Provisão para obsolescência no estoque		(100)	-	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(530)	2.744	-	-
Provisão (reversão) de contingências		3.163	774	-	-
Provisões trabalhistas		268	-	-	-
Provisão de bonus		1.919	-	-	-
Resultado com equivalência patrimonial	10	-	-	(6.688)	9.416
Redução (aumento) nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais					
Contas a receber de clientes		9.486	(2.659)	-	-
Adiantamentos a fornecedores		(92)	(162)	-	-
Estoques		(276)	2.803	-	-
Impostos a recuperar		(1.554)	1.586	(8)	-
Despesas pagas antecipadamente		174	(820)	-	-
Outras contas a receber		(4.180)	(743)	-	-
Depósitos judiciais e cauções		(589)	13	-	-
Fornecedores		(6.457)	880	-	-
Adiantamento de clientes		171	287	-	-
Salários e provisão para férias		-	(958)	-	-
Obrigações fiscais e trabalhistas		(1.555)	(1.383)	(13)	(13)
Outros fluxos de caixa de atividades operacionais					
Juros pagos com empréstimos	13	(17.628)	(26.161)	-	-
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais		33.658	8.673	(431)	(930)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	11	(15.979)	(8.346)	-	-
Venda de imobilizado	11	3.453	7.947	-	-
Aquisição de intangível		(712)	(757)	-	-
Aporte de capital em controladas	10	-	-	(14.000)	(21.000)
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos		(13.238)	(1.156)	(14.000)	(21.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Aumento de capital social	17	20.000	31.474	14.000	22.474
Novos empréstimos e financiamentos	13	4.000	9.000	-	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(38.663)	(48.042)	-	-
Fluxo de caixa gerado pelas (usado nas) atividades de financiamentos		(14.663)	(7.568)	14.000	22.474
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		5.757	(51)	(431)	544
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		12.347	12.398	943	399
No fim do exercício		18.104	12.347	512	943
		<u>5.757</u>	<u>(51)</u>	<u>(431)</u>	<u>544</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A SCG IV Holding S.A. (“Companhia”) é uma Companhia de capital fechado e tem sua sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1356 no bairro Vila Olímpia em São Paulo SP, e possui como objetivo a participação em outras sociedades comerciais, como sócia, acionista ou cotista (“holding”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 abrangem a Companhia e sua controlada (conjuntamente referidas como “a Companhia” e individualmente como “entidades da Companhia”) descritas na nota explicativa 4.

Em 29 de janeiro de 2015, a Companhia, por intermédio da sua controlada SCG IVa Holding Ltda., adquiriu 70% das ações da Tópico Locações de Equipamentos e Galpões para Indústria S.A. (“Tópico”), veja maiores detalhes da aquisição na nota 4.1.

A Companhia apurou no exercício findo de 31 de dezembro de 2017 um prejuízo individual e consolidado de R\$ 9.995 e R\$ 7.128 respectivamente, bem como capital circulante líquido negativo individual e consolidado de R\$ 58.836 e R\$ 35.281, respectivamente, cujos efeitos são decorrentes principalmente de: i) apuração de juros no montante de R\$ 16.273 sobre o contrato de compra e venda de 70% das ações da controlada Tópico Locações de Galpões e Equipamentos S.A. (“Tópico”) e ii) prestação a pagar no curto prazo de R\$ 59.367 referente ao contrato de compra e venda das ações da Tópico.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação aos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SCG IV Holding S.A para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 25 de maio de 2018.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

Todas as informações financeiras apresentadas em R\$ foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no exercício em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas pela Companhia que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas na nota explicativa:

- **Nota 18** - Receita: determinação do momento da transferência entre os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação de serviços de locação.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas;

- **Nota 6** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- **Nota 9** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 11** - Imobilizado: teste de redução ao valor recuperável: análise da existência de indícios de imparidade dos ativos imobilizado;
- **Nota 12** - Intangível (ágio): teste de redução ao valor recuperável: análise da existência de indícios de imparidade dos ativos intangíveis (ágio);
- **Nota 16** - Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

e. Estrutura da companhia

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da SCG IV Holding S.A. e de suas controlada a seguir relacionada:

Controlada	Abreviação	Percentual de participação	
		2017	2016
Tópico Locações de Galpões e Equipamentos S.A.	Tópico	70%	70%

3 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) *Combinações de negócios*

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição, isto é, quando o controle é transferido para a Companhia (veja (a) (ii)). A contraprestação de aquisição transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para perda por redução ao valor recuperável (veja (h) (ii)). Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente em resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio (veja (c)).

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relacionamentos pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. Para as demais, as alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente são registradas no resultado do exercício.

(ii) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iii) *Perda de controle*

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

c. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

a. **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado**

O instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisão de compra e venda com base em seu valor justo. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado financeiro quando incorridos, assim como as flutuações do valor justo.

b. **Empréstimos e recebíveis**

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os

empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio primeiro-a-entrar-primeiro-a-sair (PEPS). No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, a data de transição da Companhia para o CPC (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de resultado na venda de imobilizado no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) **Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento.

As vidas úteis estimadas para o período corrente são, aproximadamente, as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de segurança	5 anos
Instalações	10 anos
Ferramentas	10 anos
Estruturas e coberturas	Entre 6 (lona) e 15 anos (estrutura)
Benfeitorias em Imóveis de terceiros	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f. **Ativos intangíveis e ágio**

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

g. Arrendamento mercantil operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

h. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixas (“UGC’s”). O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. A avaliação da probabilidade de perda desses processos inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido da Companhia são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são compensados se houver o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal.

l. Receita de aluguéis e de venda de produtos

Aluguel

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

Venda de produtos novos

A venda de produtos novos ocorre por encomenda do cliente, a Companhia adquire os materiais e incorre nos serviços para preparação do produto e quando ocorre a entrega do produto é reconhecida a receita na rubrica de receita operacional de vendas. A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência persuasiva de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade

dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

Venda de bens usados

A Companhia realiza vendas de bens usados, registrados como ativos imobilizados, essas vendas ocorrem quando há uma solicitação do cliente para compra de ativos que estão locados com os clientes. A venda dos ativos é reconhecida no resultado por meio do reconhecimento do valor da venda deduzido do valor residual do ativo na data da venda. Essa receita é reconhecida no resultado como resultado na venda de imobilizado.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecida nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas com clientes.

Receitas e despesas de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

n. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação utilizando-se das informações disponíveis e metodologias apropriadas, procedimento este que requer considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor justo mais adequado. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

o. Arrendamentos

(i) Ativos arrendados

Ativos mantidos pela Companhia sob arrendamentos que transferem substancialmente para a Companhia todos os riscos e benefícios de propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado pelo montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) **Pagamentos de arrendamentos**

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(iii) **Determinando se um contrato contém um arrendamento**

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Esse será o caso se as duas condições abaixo forem atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso de um ativo ou ativos específicos; e
- O contrato contém direito de uso do ativo ou ativos.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, então um ativo e um passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, o passivo é reduzido conforme os pagamentos são efetuados e uma despesa financeira sobre o passivo é reconhecida com base na taxa de captação incremental da Companhia.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia ainda está em fase de estudo e cálculo dos impactos das alterações impostas por esse IFRS, porém até o momento não foi vislumbrado impactos relevantes nas operações da Companhia.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Companhia ainda está em fase de estudo e cálculo dos impactos das alterações impostas por esse IFRS, porém até o momento não foi vislumbrado impactos relevantes nas operações da Companhia, uma vez que é raro os casos em que os custos de montagem e desmontagem são diluídos ao longo do contrato de locação, em mais de 98% das locações os custos de montagem e desmontagem já são reconhecidos no momento em que os serviços são prestados nos clientes.

IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia concluiu a avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras individual e consolidada, mas ainda não completou sua avaliação detalhada. O impacto real da aplicação da IFRS 16 nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial dependerá das condições econômicas futuras, incluindo a taxa de endividamento da Companhia em 1º de janeiro de 2019, a composição da carteira de arrendamento da Companhia nessa data, a avaliação da Companhia se exercerá quaisquer opções de renovação de arrendamento e a medida em que a Companhia optará por usar expedientes práticos e isenções de reconhecimento.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. Não é esperado impacto significativo para os arrendamentos financeiros da Companhia.

Outras alterações

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

- Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014-2016 - Alterações à IFRS 1 e à IAS 28.
- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações.
- Transferências de Propriedade de Investimento (Alterações ao CPC 28 / IAS 40).
- ICPC 21 / IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento.
- IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamentos de Imposto de Renda.
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas estas normas. Portanto, a adoção antecipada não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Aquisição de controladas

4.1 Tópico Locações de Equipamentos de Galpões S.A.

Em 29 de janeiro de 2015, foi celebrada e confirmada a compra de ações 70% das ações da Tópico pela SCG Iva Holding Ltda. ("SCG IVa") pelo valor total do contrato de R\$ 327.200.

a. Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data da aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida:

Caixa	199.200
Contraprestação a pagar	<u>128.000</u>
Total da contraprestação transferida	<u><u>327.200</u></u>

b. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

Em 29 de janeiro de 2015	Saldos contábeis na data da aquisição	Alocação do preço de aquisição	Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.646	-	1.646
Contas a receber de clientes	84.143	(4.313)	79.830
Estoques	14.961	-	14.961
Despesas pagas antecipadamente	275	-	275
Total do ativo circulante	101.025	(4.313)	96.712
Não Circulante			
Realizável a longo prazo	14.651	-	14.651
Imobilizado	188.436	4.015	192.451
Intangível	421	-	421
Total do ativo não circulante	203.508	4.015	207.523
Total do Ativo	304.533	(298)	304.235
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e outras contas a pagar	11.516	-	11.516
Empréstimos e financiamentos	159.964	279	160.243
Salários, encargos e provisão para férias	5.309	-	5.309
Obrigações Tributárias	4.489	(19)	4.470
Outras contas a pagar	802	-	802
Total do Passivo Circulante	182.080	260	182.340
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	5.178	(812)	4.366
Obrigações tributárias	1.360	(178)	1.182
Impostos diferidos passivos	32.523	-	32.523
Outras contas a pagar	12.824	-	12.824
Total do Passivo não Circulante	51.885	(990)	50.895
Total do Passivo	233.965	(730)	233.235
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumido	70.568	432	71.000

Mensuração de valores justos

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos materiais adquiridos foram as seguintes:

Ativos intangíveis adquiridos	Técnica de avaliação
Contas a receber de	Método de avaliação considerando somente os valores a vencer e vencidos até 180 dias calculados a valor presente.
Imobilizado	Método de avaliação dos ativos por valor de mercado utilizando-se de normas vigentes de avaliação de ativos
Empréstimos e financiamentos	Método de avaliação considerando a data de vencimentos dos instrumentos calculados a valor presente.
Obrigações tributárias	Método de avaliação considerando a data de vencimentos das obrigações tributárias calculadas a valor presente.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Valor total da contraprestação transferida	327.200
Menos o valor total líquido de ativos identificáveis (70% de R\$ 71.000)	<u>(49.700)</u>
Ágio	<u>277.500</u>

4.2 Incorporação reversa da SCG Holding IVa Ltda.

Em 28 de fevereiro de 2015, a Tópico incorporou de forma reversa sua controladora SCG Iva Holding Ltda., sociedade limitada, com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1356, São Paulo - SP. Consequentemente, a Tópico passou a ser controlada diretamente pela SCG Holding IV Holding S.A., com participação de 70%.

Conforme balanço patrimonial emitido nessa data, a SCG Iva Holding Ltda., possuía como principais ativos o investimento por ela detido no capital social da Tópico e o ágio de rentabilidade futura de R\$ 277.500 apurado com base nos livros fiscais, registrado quando da aquisição do referido controle em 29 de janeiro de 2015. Em razão dessa incorporação, o ágio passará a ser dedutível da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Tópico, nos termos do artigo 386 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 300/99) e da Instrução Normativa da Secretária da Receita Federal nº 11/99. Adicionalmente, foi constituída provisão de R\$ 183.150, equivalente à diferença entre o valor do ágio e o benefício fiscal decorrente da sua amortização.

Dessa forma, em 28 de fevereiro de 2015, o acervo líquido contábil da controladora da Tópico, SCG Iva Holding Ltda. incorporado ao patrimônio da Tópico estava assim representado:

Em 28 de fevereiro de 2015	Laudo de incorporação
Ativo	
Não Circulante	
Investimentos	<u>327.859</u>
Total do ativo não circulante	<u>327.859</u>
Total do Ativo	<u><u>327.859</u></u>
Passivo	
Circulante	
Salários, encargos e provisão para férias	72
Outras contas a pagar - veja maiores detalhes na nota explicativa 24	<u>43.830</u>
Total do passivo circulante	<u>43.902</u>
Total do passivo	<u>43.902</u>
Acervo líquido incorporado	<u>283.957</u>
(-) Investimentos	(327.859)
+ Reconhecimento do imposto diferido sobre ágio incorporado	94.350
Constituição da reserva especial de ágio na controlada Tópico	<u>50.448</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	890	1.039	512	943
Aplicações financeiras	<u>17.214</u>	<u>11.308</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>18.104</u>	<u>12.347</u>	<u>512</u>	<u>943</u>

As aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalente de caixa são consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e operações compromissadas são denominadas em Reais e remuneradas por taxas variáveis de 94,4% e 91,67% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão divulgadas nas Notas explicativas nº 23.

6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

	Consolidado	
	2017	2016
Duplicatas a receber de terceiros em moeda nacional	25.882	35.368
Provisão para devedores duvidosos	(10.670)	(11.200)
	15.212	24.168

a. Movimentação na provisão para devedores duvidosos

	Consolidado	
	2017	2016
Em 1º de janeiro	(11.200)	(8.456)
Constituição de novas provisões	(808)	(3.267)
Reversões	1.338	523
Em 31 de dezembro	(10.670)	(11.200)

A despesa com constituição das perdas estimadas em créditos duvidosos foi registrada na rubrica de despesas com clientes na demonstração de resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber, os valores creditados na rubrica perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A exposição da Companhia a riscos de crédito dos saldos de contas a receber de cliente está divulgada na nota explicativa 23.

7 Estoques (Consolidado)

	Consolidado	
	2017	2016
Matérias - primas	3.507	5.902
Materiais indiretos	4.271	4.023
Outros estoques	3.523	1.201
Matérias de uso e consumo	1.202	1.001
	12.503	12.127

8 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
ICMS a recuperar	1.403	-	-	-
IPI a recuperar	469	43	-	-
PIS a recuperar	288	371	-	-
COFINS a recuperar	1.350	1.736	-	-
INSS a recuperar	85	-	-	-
Outros impostos a recuperar	399	290	19	11
	<u>3.994</u>	<u>2.440</u>	<u>19</u>	<u>11</u>

9 Impostos diferidos (consolidado)

a. Impostos diferidos reconhecidos

Os impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Provisão para ações trabalhistas						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	368	163	-	-	368	163
Provisão de bônus	1.386	1.685	-	-	1.386	1.685
Provisão para contas a pagar	661	9	-	-	661	9
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	165	2.239	-	-	165	2.239
Benefício fiscal de ágio	39.696	26.894	-	-	39.696	26.894
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	40.885	59.755	-	-	40.885	59.755
	-	-	(21.093)	(22.924)	(21.093)	(22.924)
Impostos ativos (passivos)						
Montante passível de compensação	83.161	90.745	(21.093)	(22.924)	62.068	67.821
	(21.093)	(22.924)	21.093	22.924	-	-
	<u>62.068</u>	<u>67.821</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>62.068</u>	<u>67.821</u>

SCG IV Holding S.A.
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2017 e 2016*

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Provisão para ações trabalhistas						
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	163	171	-	-	163	171
Provisão de bônus	1.685	1.458	-	-	1.685	1.458
Provisão para contas a pagar	9	142	-	-	9	142
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	2.239	1.665	-	-	2.239	1.665
Benefício fiscal de ágio	26.894	11.697	-	-	26.894	11.697
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	59.755	78.626	-	-	59.755	78.626
	-	-	(22.924)	(29.028)	(22.924)	(29.028)
Impostos ativos (passivos)						
Montante passível de compensação	90.745	93.759	(22.924)	(29.028)	67.821	64.731
	(22.924)	(29.028)	22.924	29.028	-	-
	<u>67.821</u>	<u>64.731</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>67.821</u>	<u>64.731</u>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados à medida que estes sejam liquidados ou realizados. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico, ajustados com base nas estimativas das principais adições e exclusões fiscais. Com base nesta estimativa, a Administração acredita que é provável que esses créditos fiscais diferidos sejam realizados até Dezembro de 2023.

b. Movimento dos impostos diferidos por diferenças temporárias durante o ano:

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Provisão para ações trabalhistas	163	205	368
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	1.685	(299)	1.386
Provisão de bônus	9	652	661
Provisão para contas a pagar	2.239	(2.074)	165
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	26.894	12.802	39.696
Imposto diferido - Ágio	59.755	(18.870)	40.885
Imobilizado (Ajuste de avaliação patrimonial)	(22.924)	1.831	(21.093)
Impostos diferidos líquidos ativos (passivos)	<u>67.821</u>	<u>(5.753)</u>	<u>62.068</u>

10 Investimentos (Controladora)

a. Composição dos investimentos

Companhia:	2017	2016
	<u>313.464</u>	<u>292.776</u>
Tópico Locações de Equipamentos de Galpões S.A.	<u>313.464</u>	<u>292.776</u>

b. Movimentação dos investimentos

	Tópico
Em 31 de dezembro de 2016	<u>292.776</u>
Aporte de capital (i)	14.000
Resultado de equivalência patrimonial	<u>6.688</u>
Em 31 de dezembro de 2017	<u>313.464</u>

- (i) Em 29 de setembro de 2017, a Companhia aportou R\$ 13.300 e em 06 de outubro de 2017 R\$ 700 na controlada Tópico com a aquisição de 14.000.000 (quatorze milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um Real).

11 Imobilizado (Consolidado)

a. Movimentações do custo e da depreciação

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Custo				
Máquinas e equipamentos	9.790	48	(77)	9.761
Veículos	6.072	-	(325)	5.747
Móveis e utensílios	1.464	82	-	1.546
Equipamentos de informática	1.390	392	(3)	1.779
Equipamentos de segurança	72	-	-	72
Instalações	371	-	-	371
Ferramentas	825	69	-	894
Estruturas e coberturas	82.925	19.534	(6.345)	96.114
Estruturas e coberturas valor justo	49.421	-	(2.297)	47.124
Coberturas	14.070	38	(130)	13.978
Coberturas valor justo	68.993	-	(1.151)	67.842
Porta palete	229	-	-	229
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<u>2.944</u>	<u>574</u>	<u>(226)</u>	<u>3.292</u>
Total	238.566	20.737	(10.554)	248.749
Depreciação acumulada				
Máquinas e equipamentos	(4.382)	(767)	39	(5.110)
Veículos	(2.804)	(965)	220	(3.549)
Móveis e utensílios	(488)	(136)	-	(624)
Equipamentos de informática	(767)	(201)	-	(968)
Equipamentos de segurança	(18)	(13)	-	(31)
Instalações	(124)	(30)	-	(154)
Ferramentas	(419)	(121)	-	(540)

	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Estruturas e coberturas	(22.091)	(8.756)	648	(30.199)
Estruturas e coberturas valor justo	(32.377)	(2.320)	1.490	(33.207)
Coberturas	(4.354)	(1.739)	5	(6.088)
Coberturas valor justo	(15.680)	(6.258)	364	(21.574)
Porta palete	(39)	(32)	-	(71)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.158)	(535)	-	(1.693)
Total	<u>(84.701)</u>	<u>(21.873)</u>	<u>2.766</u>	<u>(103.808)</u>
Valor líquido contábil	<u>153.865</u>	<u>(1.136)</u>	<u>(7.788)</u>	<u>144.941</u>

(*) As referidas adições e baixas incluem os montantes de R\$ 4.758 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 4.488 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de aquisições e baixas de produtos que transitam pelo imobilizado para formação de produto novo, o qual é reconhecido como custo dos produtos vendidos na rubrica de “consumo de materiais e estoques”, dessa forma, esse efeito é excluído das linhas de aquisições e vendas de imobilizado na demonstração dos fluxos de caixa.

b. Ativos totalmente depreciados

Descrição	Vidas úteis estimadas	Custo dos ativos totalmente depreciados
Máquinas e equipamentos	10 anos	119
Veículos	5 anos	496
Móveis e utensílios	10 anos	3
Equipamentos de informática	5 anos	58
Instalações	10 anos	2
Ferramentas	10 anos	272
Estruturas e coberturas	De 6 a 15 anos	<u>15.077</u>
Total		<u>16.027</u>

c. Teste de redução ao valor recuperável (*impairment*)

O valor recuperável foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base na quantidade existente de estrutura e coberturas e o preço de venda por m³ utilizado em 2017 deduzidos de comissões sobre vendas e custos de montagem e desmontagem. O valor recuperável estimado em R\$ 314.801 foi superior ao seu valor contábil de R\$ 134.346 em 31 de dezembro de 2017 valor recuperável estimado em R\$ 328.190 e valor contábil em R\$ 140.907 em 31 de dezembro de 2016.

12 Intangível (Consolidado)

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Saldo em 31/12/2017
Custo			
Ágio de combinação de negócios	183.150	-	183.150
Outros	<u>2.610</u>	<u>712</u>	<u>3.322</u>
Total	185.760	712	186.472
Amortização acumulada			
Outros	<u>(714)</u>	<u>(390)</u>	<u>(1.104)</u>
	<u>(714)</u>	<u>(390)</u>	<u>(1.104)</u>
Valor líquido contábil	<u>185.046</u>	<u>322</u>	<u>185.368</u>

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia testa ágio para *impairment* no mínimo anualmente (Nota 3 (h) (ii)).

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), nesse caso, há apenas uma UGC definida que é a Tópico.

A Companhia utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das unidades geradoras de caixa determinados pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada UGC, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 5 anos, considerando taxa de crescimento anuais, baseado no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de desconto antes dos impostos utilizada corresponde à taxa média de mercado das empresas do setor, calculada em 12,3% ao ano. A Companhia utilizou uma taxa de crescimento na perpetuidade de 5,9% ao ano.

As principais premissas utilizadas foram: expectativa de área alugada e preços de aluguel e venda de ativos, custos operacionais e administrativos.

Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada unidade geradora de caixa.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2017 e 2016. A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave, conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

13 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

	31/12/2017			31/12/2016			Encargos financeiros anuais (%)	Vencimento	Garantias
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total			
Empréstimos e financiamentos com terceiros									
Em moeda nacional									
Debentures	19.005	68.316	87.321	124.912	-	124.912	CDI + 2,95% a.a.	Setembro de 2022	51% capital social
	<u>19.005</u>	<u>68.316</u>	<u>87.321</u>	<u>124.912</u>	<u>-</u>	<u>124.912</u>			

Movimentação dos empréstimos:

Modalidades:	Saldo em 31 de dezembro de 2016	Adições	Pagamentos de principal	Juros provisionados	Pagamentos de juros	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Capital de giro	-	4.000	(4.000)	357	(357)	-
Debentures	124.912	-	(34.663)	14.343	(17.271)	87.321
	<u>124.912</u>	<u>4.000</u>	<u>(38.663)</u>	<u>14.700</u>	<u>(17.628)</u>	<u>87.321</u>

1ª emissão de Debêntures:

Em 26 de fevereiro de 2015, a Tópico emitiu 156 debêntures em série única no valor nominal unitário de R\$ 1.000. As debêntures emitidas são simples, ou seja, não há conversão em ações de emissão da Tópico. O saldo do valor nominal unitário será amortizado semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do dia 31 de março de 2016 em 10 parcelas consecutivas até 30 de setembro de 2022 conforme 2º aditamento fiduciário realizado em Dezembro de 2017. Neste 2º aditamento alongou-se o prazo de Março de 2020 para Setembro de 2022. Sobre essas debêntures, incidem juros remuneratórios de CDI + 2,95% a.a. até o mês de Março de 2018 e após esta data será 3.98% a.a.

Na escritura contém uma cláusula contratual restritiva (covenant) estabelecendo que, ao final de cada exercício, o índice financeiro Dívida Líquida/ EBITDA não pode ser superior ou igual a 2,00 (dois inteiros), caso contrário a dívida se torna imediatamente vencido. Em 2017 não houve quebra do contrato.

A Tópico ultrapassou o limite estabelecido em 31 de dezembro de 2016, entretanto a Administração obteve, em 22 de março de 2017, um waiver para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 do banco liquidante da emissão. Dessa forma, como a anuência foi obtida após o fim do exercício, a Tópico reclassificou a parcela de longo prazo para o curto prazo em 31 de dezembro de 2016.

14 Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores de materiais	729	457	-	-
Fornecedores de serviços e outros	2.622	2.782	-	-
Partes relacionadas (nota 24)	97	6.666	-	-
Outras contas a pagar*	180.155	163.882	180.155	163.882
	183.603	173.787	180.155	163.882
Circulante	62.815	45.855	59.367	35.950
Não circulante	120.788	127.932	120.788	127.932

(*) Montante referente as parcelas a pagar aos ex-acionistas da Tópico no momento da aquisição da Companhia. O fluxo de pagamentos do contrato está determinado da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Parcelas retidas (i)	39.510	35.950	39.510	35.950
Parcelas a prazo (ii)	140.645	127.932	140.645	127.932
	180.155	163.882	180.155	163.882

(i) São valores referentes a aquisição da Tópico, os quais estão sendo discutidos em arbitragem por conta de discussões da Companhia com os ex-acionistas na mensuração das premissas, o qual ficou retido R\$ 28.000. Sobre esse montante, incorreram juros de R\$ 3.560 calculados pela CDI de janeiro a dezembro de 2017 (R\$ 4.503 em 2016 e R\$ 3.447 em 2015).

- (ii) São valores referentes a aquisição da Tópico que serão pagos aos ex-acionistas em 2018 (R\$ 20.000), 2019 (R\$ 30.000) e 2020 (parcela residual) no total de R\$ 100.000. Sobre esse montante, incorreram juros de R\$ 12.713 calculados pela CDI de janeiro a dezembro de 2017 (R\$ 15.263 em 2016 e R\$ 12.309 em 2015). No referido acordo, ainda há uma cláusula de *earn-out* de 30% do excesso, que compreende a diferença entre o valor da realização do investimento e o valor do investimento realizado pela Companhia multiplicado pela taxa de retorno mínima (“TIR”), desde que sujeito a um evento de liquidez. Diante desses fatores, a Administração da Companhia não foi possível estimar o valor justo do *earn-out* em decorrência da complexidade dos fatores citados acima.

15 Obrigações fiscais e trabalhistas (Consolidado)

Consolidado	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	(15)	-	(15)	(195)	-	(195)
PIS	(141)	-	(141)	(168)	-	(168)
COFINS	(649)	-	(649)	(775)	-	(775)
INSS	(490)	-	(490)	(551)	-	(551)
FGTS	(161)	-	(161)	(172)	-	(172)
Impostos parcelados (i)	-	-	-	(1.019)	(170)	(1.189)
Outros impostos a recolher	(373)	-	(373)	(334)	-	(334)
	<u>(1.829)</u>	<u>-</u>	<u>(1.829)</u>	<u>(3.214)</u>	<u>(170)</u>	<u>(3.384)</u>

- (i) Os impostos parcelados referem-se a impostos federais, cujo fatos geradores correspondem ao exercício de 2009 e que foram parcelados 60 meses a partir de dezembro de 2012, vencendo-se a última parcela em novembro de 2017.

16 Provisão para perda em processos judiciais (Consolidado)

	2017	2016
Provisão para contingências - Ativa	3.931	1.370
Depósitos judiciais provisionados	672	83
Provisão para contingências - Passiva	<u>(5.012)</u>	<u>(1.849)</u>
	<u>(409)</u>	<u>(396)</u>

Do montante de R\$ 4.132 de Outras contas a receber em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 1.642 em 31 de dezembro 2016), R\$ 3.931 (R\$ 1.370 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a provisão para contingências ativa, previsto no acordo dos acionistas quanto ao reembolso de ações cíveis, trabalhistas ou fiscais que são de responsabilidades dos antigos acionistas.

Movimentação da provisão para perdas em processos judiciais e dos depósitos judiciais

Provisão para contingências	Provisão ativa	Depósito judiciais	Provisão passiva	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.370</u>	<u>83</u>	<u>(1.849)</u>	<u>(396)</u>
(Adições) / Estornos	<u>2.561</u>	<u>589</u>	<u>(3.163)</u>	<u>(13)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>3.931</u>	<u>672</u>	<u>(5.012)</u>	<u>(409)</u>

a. Riscos não provisionados

Expectativa de perda	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Possível em 31 de dezembro de 2016	41.421 (i)	16.559 (ii)	614	58.594
Possível em 31 de dezembro de 2017	41.421 (i)	24.619 (ii)	-	66.040

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos e pela própria administração como sendo de risco de perda possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante acima demonstrado para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

- (i) A Companhia avaliou como perda possível o risco de ser autuada pelo fisco por descaracterização do grupo econômico, por conta da distinção entre os sistemas de tributação das empresas Tópico Galpões e Tópico Estruturas, totalizando R\$ 41.421.
- (ii) O acordo de acionista prevê o reembolso de ações cíveis, trabalhistas ou fiscais que são de responsabilidades dos antigos acionistas.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da SCG IV Holding S.A, em 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 194.100 (R\$ 180.100 em 31 de dezembro de 2016) dividido em 187.273.700 (cento e oitenta e sete milhões, duzentas e setenta e três mil e setecentas) ações, totalmente subscritas e integralizadas:

Provisão para contingências	Ações	Capital	Participação
SCG IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	177.910.015	184.113	94,85%
Kerilar Company SA	9.663.685	9.987	5,15%
Total	<u>187.273.700</u>	<u>194.100</u>	<u>100%</u>

Em 4 de julho de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia de R\$ 22.474 mediante a emissão de 22.473.700 (vinte e duas milhões, quatrocentas e setenta mil e setecentas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real) e R\$ 9.000 na investida Tópico referente a parcela do sócios não controladores, totalizando assim R\$ 31.474 (trinta e um milhões quatrocentos e setenta e quatro mil) de aumento de capital que foi integralizado e foi integralizado conforme detalhado a seguir: (a) SCG IV Fundo de Investimento em Participações, quantia de R\$ 21.350 equivalentes a 21.350.015 (vinte e uma milhões, trezentas e cinquenta mil e quinze) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real); e (b) Kerilar Company S.A., quantia de R\$ 1.124 equivalentes a 1.123.685 (um milhão, cento e vinte e três mil e seiscentas e oitenta e cinco) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real).

Em 26 de setembro de 2017, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia de R\$ 14.000 mediante a emissão de 14.000.000 (quatorze milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real) referente a parcela do sócios controladores, e R\$ 6.000 na investida Tópico referente a parcela do sócios não controladores, totalizando assim R\$ 20.000 (vinte milhões) de aumento de capital que foi integralizado conforme detalhado a seguir: (a) SCG IV Fundo de

de capital que foi integralizado conforme detalhado a seguir: (a) SCG IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia a quantia de R\$ 13.300 equivalentes a 13.300.000 (treze milhões) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real); e (b) Kerilar Company S.A., quantia de R\$ 700 equivalentes a 700.000 (setecentos mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de R\$ 1,00 (um Real).

18 Receita operacional líquida (Consolidado)

	2017	2016
Venda de produtos	11.828	12.436
Locação, instalação e desmontagem	120.915	131.192
Receita bruta contábil	132.743	143.628
Deduções de vendas		
Impostos sobre vendas	(13.627)	(15.413)
Devoluções e abatimentos	(4.508)	(2.609)
Receita líquida	114.608	125.606

19 Custos dos produtos e serviços prestados e despesas e receitas operacionais (Consolidado)

Custo dos produtos e	serviços	Despesas	Despesas	Outras	Total
2017	vendidos	comerciais	administrativas	(despesas)	operacionais
Consumo de materiais e estoque	(4.758)	-	-	-	(4.758)
Perda de inventários	(214)	-	-	-	(214)
Manutenção e outros materiais	(3.708)	(23)	(140)	-	(3.871)
Salários e encargos	(12.593)	(5.397)	(8.281)	-	(26.271)
Aluguéis de imóveis	(1.961)	-	(378)	-	(2.339)
Montagem	(4.001)	-	-	-	(4.001)
Depreciação do imobilizado	(21.528)	(85)	(260)	-	(21.873)
Amortização do intangível	(66)	(110)	(214)	-	(390)
Aluguéis de equipamentos	(3.620)	(225)	(66)	-	(3.911)
Fretes e carretos	(3.690)	(7)	(1)	-	(3.698)
Acomodação e viagens					
Assessoria jurídica e consultoria	(4.592)	(410)	(287)	-	(5.289)
Despesa da provisão para devedores duvidosos	(324)	-	(1.909)	-	(2.233)
Serviços de terceiros	-	531	632	-	1.163
Outros	(2.407)	(325)	(1.381)	-	(4.113)
Outros custos	(2.235)	(981)	(1.667)	1.646	(3.237)
	(1.289)	-	-	-	(1.289)
Total	(66.986)	(7.032)	(13.952)	1.646	(86.324)

Custo dos produtos e				Outras receitas (despesas) operacionais	
2016	serviços vendidos	Despesas comerciais	Despesas administrativas		Total
Consumo de materiais e estoque	(4.488)	-	-	-	(4.488)
Perda de inventários	(4.533)	-	-	-	(4.533)
Manutenção e outros materiais	(3.733)	(74)	(172)	-	(3.979)
Salários e encargos	(17.336)	(7.749)	(7.351)	-	(32.436)
Aluguéis de imóveis	(2.389)	-	(641)	-	(3.030)
Montagem	(4.323)	-	-	-	(4.323)
Depreciação do imobilizado	(23.191)	(35)	(175)	-	(23.401)
Amortização do intangível	(487)	(160)	(147)	-	(794)
Aluguéis de equipamentos	(5.395)	(546)	(81)	-	(6.022)
Fretes e carretos	(5.186)	(4)	-	-	(5.190)
Acomodação e viagens					
Assessoria jurídica e consultoria	(4.848)	(943)	(404)	-	(6.195)
Despesa da provisão para devedores duvidosos	(193)	-	(8.912)	-	(9.105)
	-	(3.221)	(1.460)	-	(4.681)
Serviços de terceiros	(2.024)	(415)	(1.703)	-	(4.142)
Outros	(2.112)	(664)	(1.929)	24	(4.681)
Total	(80.238)	(13.811)	(22.975)	24	(117.000)

20 Despesas financeiras líquidas (Consolidado)

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(14.343)	(23.625)
Juros sobre outras contas a pagar	(16.273)	(20.126)
Juros com empréstimos	(357)	(1.435)
Juros sobre impostos	(152)	(285)
Despesas bancárias	(70)	(725)
Variação Cambial	(6)	(41)
Outras despesas financeiras	(801)	(1.736)
	<u>(32.002)</u>	<u>(47.973)</u>
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras	1.349	1.851
Outras receitas financeiras	571	607
	<u>1.920</u>	<u>2.458</u>

21 Arrendamentos mercantis (Consolidado)

a. Arrendamentos mercantis operacionais

Arrendamentos como arrendatário

No final do período de reporte, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis serão pagos da seguinte forma:

	<u>Pagamentos mínimos de arrendamento mercantil</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Menos de um ano	2.381	3.014
Entre um e cinco anos	<u>4.355</u>	<u>4.210</u>
	<u>6.736</u>	<u>7.224</u>

A Companhia arrenda andares em prédio comercial e armazém no qual se localiza sua fábrica e filiais, sob arrendamentos operacionais. Esses arrendamentos normalmente duram de um a três anos, com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada final de contrato, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações em um índice de preço local.

Os arrendamentos do armazém onde se localiza sua fábrica foi registrado há muitos anos como arrendamento combinado de terreno e edificações. Como a escritura do terreno não é transferida, a Companhia determinou que o arrendamento do terreno é operacional. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios da edificação são do arrendador. Assim, a Companhia determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

22 Imposto de renda e contribuição social

Os cálculos de imposto de renda e contribuição social adotados nos exercícios de 2017 e 2016 foram efetuados considerando o regime de tributação do Lucro Real:

Reconciliação da taxa efetiva

	Consolidado		Controladora	
	2017	2016	2017	2016
Reconciliação da taxa efetiva do imposto				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(1.375)	(37.561)	(9.995)	(30.459)
Alíquota oficial de imposto %	(34%)	(34%)	(34%)	(34%)
Imposto de renda e contribuição social calculado pela alíquota oficial	468	12.771	3.398	10.356
Diferenças permanentes				
Despesas não dedutíveis	(232)	(956)	-	-
Perdas de inventário indedutíveis	100	(1.507)	-	-
Equivalência patrimonial				
Não constituição de IR diferido ativo sobre prejuízos fiscais	-	-	2.274	(3.201)
Outros	(5.673)	(7.155)	(5.672)	(7.155)
	(416)	(87)	-	-
	(5.753)	3.066	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	(24)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(5.753)	3.090	-	-
	(5.735)	3.066	-	-
Alíquota efetiva	(418,40%)	(8,16%)	-	-

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas ao caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, salários e férias a pagar, impostos e contribuições a recolher.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia efetuou a avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros), conforme descrito a seguir:

(i) Risco de crédito

Esse risco é proveniente da possibilidade da Companhia não receber os valores decorrentes das prestações de serviços e vendas de produtos que de forma geral não tem garantias ou de créditos detidos junto a instituições financeiras. Para minimizar esse risco, a Administração procura receber valores antecipados. As perdas estimadas com esses clientes são integralmente provisionadas.

Exposição ao risco de crédito

Vencimentos dos recebíveis	2017	2016
Saldos vencidos		
De 1 a 30 dias	1.112	1.736
De 31 a 60 dias	406	682
De 61 a 90 dias	182	399
De 91 a 180 dias	170	700
De 181 a 360 dias	355	1.558
Acima de 361 dias	<u>10.315</u>	<u>9.642</u>
Total vencidos	12.540	14.717
Total a vencer	<u>13.342</u>	<u>20.651</u>
Total recebíveis	<u>25.882</u>	<u>35.368</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(10.670)</u>	<u>(11.200)</u>
Total	<u>15.212</u>	<u>24.168</u>

Para efeito de risco de crédito, a Companhia entende que, de acordo com os históricos do mercado, a provisão para credores duvidosos para valores vencidos acima de 180 dias, seja o suficiente para cobrir possíveis perdas no futuro. A porcentagem coberta por este tipo de provisão representou a cobertura de 41,2% do saldo bruto de contas a receber (31,7% em 31 de dezembro de 2016).

(ii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. A Companhia, em virtude da natureza dinâmica dos seus negócios, mantém flexibilidade na captação recursos mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e, caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	87.321	87.231	10.825	8.667	17.335	50.494
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>183.603</u>	<u>183.603</u>	<u>62.815</u>	<u>-</u>	<u>30.000</u>	<u>90.788</u>
	<u>270.924</u>	<u>270.834</u>	<u>73.640</u>	<u>8.667</u>	<u>47.335</u>	<u>141.282</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia e de suas controladas, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

(iii) Risco de taxas de juros

A Companhia está exposta às variações nas taxas de juros, que são aplicadas aos seus empréstimos e financiamentos. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas.

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia na data das demonstrações financeiras era:

Perfil dos instrumentos financeiros	2017	2016
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (nota 5)	<u>17.214</u>	<u>11.308</u>
Passivos financeiros		
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional (nota 13)	(87.321)	(124.912)
Exposição de taxa variável (fluxo de caixa líquido)	<u>(70.107)</u>	<u>(113.604)</u>
	CDI	CDI
Aumento da taxa de juros considerado na análise de sensibilidade	1,0%	1,0%
Sensibilidade do fluxo de caixa (líquido)	Resultado	Patrimônio
Efeito das variações sobre o fluxo de caixa líquido	<u>(701)</u>	<u>(701)</u>
Aumento / (Redução)	<u>(701)</u>	<u>(701)</u>

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

A análise de sensibilidade levou em consideração os empréstimos e financiamentos que são atualizados pelos índices CDI.

Um aumento de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI na data das demonstrações financeiras teria produzido os efeitos no resultado do exercício e no patrimônio líquido de acordo com os montantes demonstrados acima. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes.

Uma redução de 1% (ou 100 pontos básicos) nas taxas de juros anuais CDI teria produzido efeitos inversos.

Classificação dos instrumentos financeiros

Perfil dos instrumentos financeiros	2017	2016
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	18.104	12.347
Contas a receber de clientes (nota 6)	15.212	24.168
Outras contas a receber	6.236	1.784
	39.552	38.299
Passivos mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos (nota 13)	87.321	124.912
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 14)	183.603	173.787
	270.924	298.699

Hierarquia dos instrumentos financeiros

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos e sua hierarquia:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos mensurados pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	18.104	18.104	12.347	12.347
Contas a receber de clientes	15.212	15.212	24.168	24.168
Outras contas a receber	6.236	6.236	1.784	1.784
Passivos mensurados pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	87.321	87.321	124.912	124.912
Fornecedores e outras contas a pagar	183.603	183.603	173.787	173.787

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços
- **Nível 2** - Outros, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta ou indiretamente.
- **Nível 3** - Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos.

24 Partes relacionadas (Consolidado)

a. Transações entre partes relacionadas

	2017	2016
Outras contas a receber:		
Solaris (i)	64	125
Superveniências (ii)	<u>3.931</u>	<u>1.370</u>
	<u>3.995</u>	<u>1.495</u>
 Total de ativos com partes relacionadas	 <u><u>3.995</u></u>	 <u><u>1.495</u></u>
Fornecedores e outras contas a pagar (nota 14)		
Solaris (i)	97	261
RV Consultoria (ii)	<u>-</u>	<u>6.405</u>
	<u>97</u>	<u>6.666</u>
	<u>-</u>	<u>-</u>
 Total de passivos com partes relacionadas	 <u><u>97</u></u>	 <u><u>6.666</u></u>
 Resultado	 2017	 2016
Receita operacional		
Solaris (i)	<u>105</u>	<u>103</u>
 Custos dos produtos vendidos e serviços prestados/ despesas		
Solaris (i)	(2.064)	(2.969)
RV Consultoria (ii)	<u>(604)</u>	<u>(6.405)</u>
	<u>(2.668)</u>	<u>(9.374)</u>
 Total do resultado com partes relacionadas	 <u><u>(2.562)</u></u>	 <u><u>(9.271)</u></u>

- (i) A Companhia possui relacionamento comercial com a coligada Solaris, pois são controladas pelo mesmo controlador, para utilizar plataformas da coligada, os quais são locados pela Tópico.
- (ii) Por conta da cláusula 7.1 e 7.13 do Acordo de Acionista celebrado entre a SCG e os vendedores da Tópico, foi acordado que a SCG concorda que os recursos líquidos recebidos ou pagos pela Tópico relacionados com superveniências ativas ou perdas indenizáveis decorrentes de atos ou fatos cujo fato gerador tenha ocorrido antes da data de fechamento serão revertidos em benefício dos vendedores ou indenização para ser paga a Tópico por seus vendedores. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia totaliza um montante de R\$ 3.931 referente a contingências trabalhistas provisionadas e parte deste montante será ressarcidas à Tópico na medida em que houver a conclusão dos referidos processos.

A Companhia considera que seus diretores estatutários compõem o pessoal-chave da administração, os quais receberam os seguintes benefícios de curto prazo:

	2017	2016
Benefícios de curto-prazo (a)	<u>2.629</u>	<u>1.116</u>
	<u><u>2.629</u></u>	<u><u>1.116</u></u>

- (a) São compostos por ordenados, pró-labore, salários e contribuições para previdência social.

25 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta de seguinte forma:

Cobertura	Vencimento	Valor da cobertura
Responsabilidade Civil	21/02/2018	8.075
Frota*	19/08/2018	247
Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O)	14/04/2018	15.000
Incêndio, raio, explosão, vendaval e danos elétricos	14/04/2018	2.619

(*) A Companhia possui uma apólice para cada veículo, sendo que esta cobre 100% do valor do veículo e outros riscos.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26 Eventos subsequentes

26.1 Aumento de capital

Em 15 de janeiro de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da companhia de R\$ 20.000, o capital social subscrito total foi para R\$ 214.100.

26.2 Arbitragem na aquisição da companhia Tópico

Em 20 de fevereiro de 2018 foi proferida sentença do procedimento arbitral decorrente das controvérsias oriundas do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças da empresa TÓPICO LOCAÇÕES DE GALPÕES E EQUIPAMENTOS PARA A INDÚSTRIA S.A., culminando em ajustes no Preço de Aquisição de 70% das ações representativas do capital social. Em 10 de maio de 2018, as partes firmaram acordo para encerrar as pendências existentes para liquidação da referida sentença arbitral, o qual resultou num ajuste total do Preço, a favor da Compradora, de R\$ 74.426 (setenta e quatro milhões, quatrocentos e vinte e seis mil), o qual será liquidado pelos Vendedores da seguinte forma:

1. O valor de R\$ 21.203 (vinte e um milhões, duzentos e três mil), devido pelos Vendedores Ricardo Vantini à Compradora, será deduzido do valor atualizado da Parcela Retida de R\$ 11.507 (R\$ 11.218 em 31 de dezembro de 2017) a ser liquidado em 04 (quatro) parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 10.06.2018, com atualização monetária pelo CDI a partir de 08.05.2018 até as datas dos efetivos pagamentos; e

2. O valor de R\$ 53.223 (cinquenta e três milhões, duzentos e vinte e três mil), devido pelos Vendedores Nautika à Compradora, será deduzido do valor atualizado da Parcela Retida de R\$ 28.769 (R\$ 28.292 em 31 de dezembro de 2017), a ser deduzido da Parcela a Prazo, a ser paga pelos Compradores em 29.01.2019

* * *

Diego Stark
Diretor

Gustavo Pereira de Freitas Santos
Diretor

Marco Aurelio Rogerio Franco
CRC 1SP-127.276/O-5